



3 e 4 de dezembro

III Encontro

de Educação, Direitos Humanos,
Gênero e Sexualidade

“SEMPRE TEM UM FUNDO DE VERDADE!”: RACISMO RECREATIVO NA ESCOLA CIDADÃ INTEGRAL PROFESSOR CELESTIN MALZAC

Letícia Targino Guedes¹

Samara dos Santos Albuquerque²

Matheus Escarião de Sousa³

Victor Gustavo Paiva de Aquino⁴

Lucas Vinicius Oliveira dos Santos⁵

INTRODUÇÃO

O racismo no Brasil é um fenômeno histórico e estrutural que tem suas raízes no regime escravocrata, que perdurou cerca de 338 anos. Após a “abolição” da escravidão em 1888, não houve a implementação de políticas públicas eficazes que assegurassem a inserção socioeconômica da população negra nessa “nova” realidade, perpetuando assim profundas desigualdades.

Essa realidade evidencia o que a intelectual Lélia González nomeia como racismo por denegação, presente nos países da América Latina⁶. Segundo a autora, esse tipo de racismo é sofisticado e disfarçado, diferente do racismo segregacional presente nos Estados Unidos, que atuou

¹ Licencianda em Ciências Sociais pela UFPB. Bolsista do PIBID-UFPB no núcleo de Sociologia. E-mail: leticiaarginoguedes@gmail.com

² Licencianda em Ciências Sociais pela UFPB. Bolsista do PIBID-UFPB no núcleo de Sociologia. E-mail: samaraalbuquerquehaz@gmail.com

³ Licenciando em Ciências Sociais pela UFPB. Bolsista do PIBID-UFPB no núcleo de Sociologia. E-mail: matheusescariao@gmail.com

⁴ Licenciando em Ciências Sociais pela UFPB. Bolsista do PIBID-UFPB no núcleo de Sociologia. E-mail: victoraquinopaiva28@gmail.com

⁵ Professor de Sociologia da Escola Cidadã Integral Professor Celestin Malzac. Supervisor do PIBID-UFPB no núcleo de Sociologia. Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Mestrando em Ciências Sociais pelo PPGCS-UFBA. E-mail: lucas.ovsantos2@professor.pb.gov.br

⁶ Esse conceito, desenvolvido por Lélia Gonzalez, descreve uma identidade político-cultural que reflete a presença negra e indígena na construção histórica e cultural dos países latino-americanos.

de maneira direta e legalizada (González, 2020, p. 117-119). Lélia Gonzalez demonstra que o imaginário social brasileiro é sustentado pelo mito da democracia racial, uma narrativa que faz crer que as populações negra, indígena e branca convivem em harmonia, sem desigualdades ou preconceitos. Contudo, a autora evidencia que essa suposta igualdade é ilusória, pois o racismo no Brasil opera de modo velado, presente nas relações cotidianas, nas instituições e nas estruturas sociais que organizam o país.

Entre essas manifestações identifica-se o racismo recreativo, o qual é praticado através de comentários e piadas que, sob o disfarce de humor, reproduzem os estereótipos raciais e atentam contra os direitos humanos. Segundo Adilson Moreira, criador do conceito, o racismo recreativo é “[...] um projeto de dominação que procura promover a reprodução das relações assimétricas de poder entre grupos raciais por meio de uma política cultural baseada na utilização do humor como expressão e encobrimento de hostilidade racial.” (Moreira, 2019, p. 167). Sendo assim, o racismo recreativo perpetua a opressão racial de maneira sofisticada.

Adilson Moreira aponta que nas sociedades que adotam a democracia liberal existe um fenômeno interessante que é o "racismo sem racistas". Esse fenômeno “[...] designa uma narrativa na qual os que reproduzem o racismo se recusam a reconhecer que suas ações ou omissões podem contribuir para a permanência de disparidades raciais na sociedade.” (Moreira, 2019, p.33).

Nas instituições escolares, esse tipo de racismo é recorrente e frequentemente banalizado sob a forma de supostas “brincadeiras” entre adolescentes. No entanto, justamente nesses espaços, onde deveria prevalecer o compromisso com a formação crítica e cidadã, conforme assegurado pela Constituição Federal de 1988 (art. 205), pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/1996 e pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), observa-se em muitos casos a reprodução dessas violências simbólicas.

Foi esse contexto que despertou o interesse por investigar a recorrência de casos de racismo na Escola Cidadã Integral Professor Celestin Malzac, situada no bairro Valentina de Figueiredo, em João Pessoa (PB). Ao longo das vivências cotidianas dos bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) de Sociologia da UFPB, foram observadas diversas manifestações de racismo recreativo nos corredores, nas salas de aula e em outros espaços escolares. Tais episódios, frequentemente minimizados como “brincadeiras” entre estudantes, revelaram a urgência de compreender como essas práticas se consolidam e são naturalizadas no ambiente educacional, motivando o desenvolvimento da presente pesquisa. Nesse sentido, objetivou-se analisar o racismo recreativo e os impactos psicológicos no contexto da escola Professor Celestin Malzac, a

partir do diagnóstico escolar dos pibidianos, desenvolvido por meio da observação participante, da interpretação dos dados do questionário aplicado via google forms e das entrevistas sobre racismo recreativo com cinco estudantes.

METODOLOGIA

Os alunos do PIBID do núcleo de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foram organizados em três grupos de 8 bolsistas, dos quais um foi alocado na Escola Cidadã Integral Professor Celestin Malzac, sob a supervisão do professor Lucas Santos. Nesse núcleo, os bolsistas foram distribuídos em duplas e designados para diferentes turmas, com o objetivo de observar as aulas do professor supervisor, analisar a dinâmica entre docentes e discentes e elaborar um diagnóstico acerca dos principais desafios e potencialidades do contexto escolar.

Considerando a ausência de informações detalhadas sobre o perfil socioeconômico dos discentes no Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, os bolsistas do PIBID-Sociologia elaboraram e aplicaram um questionário no Google Forms, composto por 22 perguntas, voltadas à identificação do perfil social, econômico, religioso, ideológico e racial dos estudantes. O instrumento foi respondido por 355 alunos do Ensino Médio integral, regular e EJA. Para o presente estudo, foram recortados dois eixos centrais dos resultados obtidos: o perfil racial dos discentes e as experiências de discriminação relatadas por eles.

A pesquisa combinou metodologias qualitativas e quantitativas para melhor compreensão do fenômeno. A abordagem qualitativa, se obteve por meio da observação participante no ambiente escolar, assim como, entrevistas semiestruturadas sobre racismo recreativo com cinco estudantes, sendo quatro jovens negros e uma jovem branca. A escolha desse jovens ocorreu por amostragem simples, a seleção ocorreu nos corredores da escola, procurando escutar alunos de diferentes séries, além de analisar as perspectivas de alunos brancos e, em especial, alunos negros, quanto à violência simbólica do racismo recreativo e seus impactos. Enquanto na abordagem quantitativa, buscou-se sistematizar e recortar os dados coletados através do questionário. Além das observações, dos dados e das entrevistas, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em bases como SciELO Brasil e Google Acadêmico, utilizando como referenciais teóricos os autores Lélia Gonzalez, Adilson Moreira, Florestan Fernandes e Silvio Almeida, de modo a fundamentar a análise e ampliar a compreensão sobre o racismo estrutural e suas expressões no espaço escolar.

RESULTADOS

Os resultados obtidos na pesquisa realizada na Escola Cidadã Integral Professor Celestin Malzac evidenciam que o racismo recreativo é uma prática recorrente e naturalizada no cotidiano escolar. As manifestações observadas e relatadas pelos estudantes são frequentemente tratadas como simples “brincadeiras”, o que reforça o caráter sutil e disfarçado do racismo nas interações escolares. Essa percepção dialoga com o conceito de racismo por denegação formulado por Lélia Gonzalez (2020) e com a ideia de “racismo sem racistas” proposta por Adilson Moreira (2019), ambos fundamentais para compreender a persistência das desigualdades raciais sob o disfarce da cordialidade brasileira.

Os resultados quantitativos obtidos por meio do questionário aplicado a 355 estudantes revelaram um panorama significativo sobre as relações raciais no ambiente escolar. Constatou-se que 63,3% dos alunos se autodeclararam negros e 20,8% afirmaram já ter sido vítimas de discriminação racial. Esses números evidenciam não apenas a representatividade da população negra na escola, mas também a persistência de práticas discriminatórias no cotidiano estudantil.

A etapa qualitativa da pesquisa, composta por entrevistas semiestruturadas com cinco estudantes, sendo quatro jovens negros e uma jovem branca, permitiu aprofundar o entendimento sobre as percepções e vivências do racismo recreativo. As falas revelaram que a maioria dos entrevistados acredita que a gravidade das piadas depende do grau de amizade entre os envolvidos, evidenciando o quanto o vínculo afetivo é utilizado como atenuante simbólico da violência.

Apenas uma aluna discordou dessa visão e afirmou sentir-se humilhada quando zombam de seu cabelo: “Eu me sinto muito mal, não tem escrito no meu cabelo ‘pode chamar do que quiser’”. Em outro depoimento, um estudante relatou que as redes sociais reforçam essas práticas, pois “os memes racistas parecem engraçados, mas as pessoas repetem na escola”.

Os impactos psicossociais sobre os estudantes negros se mostraram profundos. Verificou-se a presença de sentimentos de vergonha, isolamento, queda no rendimento escolar e sintomas de ansiedade. Um dos casos acompanhados chamou a atenção dos bolsistas: um aluno negro, alvo constante de “piadas” racistas, afastou-se temporariamente da escola após o agravamento do quadro de ansiedade. A mãe, em reunião com o professor supervisor e os bolsistas, relatou com emoção sua indignação e preocupação diante da situação, destacando o sofrimento do filho e a falta de acolhimento institucional.

As entrevistas também apontaram negligência institucional: professores e funcionários raramente reconhecem as “brincadeiras” como racismo. Alguns afirmaram que “essas coisas acontecem, mas é coisa de adolescente”, enquanto outros disseram que “provavelmente ocorrem, mas

fora da sala de aula”. Essa postura confirma a análise de Moreira (2019), segundo a qual o humor racista é legitimado por uma política cultural que encobre hostilidade sob o discurso da neutralidade e da cordialidade racial.

CONSIDERAÇÕES

Este trabalho buscou analisar as manifestações do racismo recreativo na Escola Cidadã Integral Professor Celestin Malzac e permitiu confirmar que o racismo recreativo, sob o disfarce do humor, se constitui como ferramenta muito eficaz de manutenção das hierarquias raciais, perpetuada pela naturalização social e pela negligência institucional.

Os dados coletados revelaram um cenário alarmante. O racismo recreativo mostrou-se profundamente enraizado no cotidiano escolar, manifestando-se através de xingamentos e de zombarias dirigidas aos fenótipos negros, especialmente através da animalização por meio do xingamento “macaco”, sistematicamente camufladas sob a alegação de "brincadeira".

Conclui-se que três dinâmicas principais sustentam esta violência simbólica: primeiro, a naturalização pelos estudantes, que, influenciados pelo mito da democracia racial, frequentemente não identificam essas práticas como racismo, condicionando sua gravidade ao nível de intimidade com o agressor; segundo, a negligência institucional exemplificada na postura de professores, gestores e funcionários que minimizam os episódios ou os atribuem à "imaturidade" dos alunos, materializando o "racismo sem racistas"; e terceiro, os graves impactos psicossociais nas vítimas, que incluem desde diminuição da autoestima e isolamento social até o desenvolvimento de quadros de ansiedade e evasão escolar, como mostrado pelo caso do aluno que precisou se afastar da escola e intensificar seu tratamento médico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 10 jan. 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 26 out. 2025.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flávia Rios e Márcia Lima. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MOREIRA, Adilson José. **Racismo recreativo**. São Paulo: Pólen, 2019.